

Estado do Paraná LEGISLATURA 2017/2020

Rux Marcehal Dendoro, 1837 - CEP: 84.940-000 Fanc/fax: (43) 3571-1122

CONTRATO Nº 148/2018 DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICIPIO DE SIQUEIRA CAMPOS E A EMPRESA P C S DAMASCENO & CIA LTDA.

O MUNICIPIO DE SIQUEIRA CAMPOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 1837, Centro, inscrita no CNPJ/MF 76 919.083/0001-89, doravante denominado CONTRATANTE, sendo neste ato representado pelo Prefeito Municipal Luiz Henrique Germano, biasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 1 473 449 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 278.117 609-59, residente e domiciliado em Siqueira Campos, Estado do Paraná, e a empresa P C S DAMASCENO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.702 625/0001-19, com sede na Rua Emygdio Maia Santos, nº 1900, Vila dos Coroados, na cidade de São Fidelis, Estado do Rio de Janeiro, doravante denominada CONTRATADA, têm justo e firmado entre si este Contrato, decorrente do PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2018

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto desta licitação é a aquisição de 01 (UM) Trailer Especial/Reboque adaptado para Unidade de Castração Móvel, de acordo com Memorial Descritivo e cotações em anexo, conforme PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE UNIDADE MOVEL DE ZOONOSES Nº 09353 9680001/76-119 do Ministério da Saúde

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A execução da entrega do equipamento será estipulado neste Contrato, bem como as disposições constantes no Processo nº 88 - Pregão Presencial nº 51/2018, independentemente da transcrição, que faz parte integrante e complementar deste Contrato.

<u>CLÁUSULA SEGU</u>NDA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O valor do presente Contrato é de **RS 96.800,00 (neventa e seis mil e oitocentos reais)**, conforme Ata de Julgamento de Proposta; sobre este valor não haverá reajuste

CLÁUSULA OUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento do valor constante na cláusula terceira correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

(701) 06.001.10.301.0075.1.344.4.4,90,52,00,00.00 — Equipamentos e material permanente — 7518 — Departamento de Saúde.

<u>CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES</u>

À CONTRATANTE COMPETE:

- a) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa fazer as entregas dentro das normas do objeto,
- b) Fiscalizar a entrega do item em conformidade com o contrato e a Lei 8.666/93;

P.C.S. Damascero & Cia Lida CNPJ, 05,702.625/0001-19



Estado do Paraná LEGISLATURA 2017/2020

Rua Marechal Deadorn, 1837 - CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

- c) Efetuar o pagamento em razão da entrega realizada;
- d) Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;
- e) Rescandar o Contrato, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei n. 8.666/93;
- f) Os responsáveis pelo recebimento do equipamentos/materiais permanentes devolverão os que não seguirem rigorosamente os padrões especificados neste edital

À CONTRATADA COMPETE:

- a) Assumir inteira responsabilidade com todas as despesas diretas e indiretas com o fornecimento dos equipamentos/materiais heitados, bem como sua entrega;
- b) Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e quantificação exigidas na licitação;
- c) Obcdecer ao prazo de entrega previsto no item 12.2 do edual de 90 (noventa) dias, contados a partir da data autorização de compra.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em moeda corrente, através de Ordem Bancária, obedecida a estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público, justificadas com a devida publicidade e conhecimento das partes contratantes

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O faturamento pela execução do objeto será feito após a compra e entrega efetiva do serviço,

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA, por ocasião da emissão da fatura (original e cópta) deverá undicar o nome do Banco, Agência e seus códigos com o respectivo número de sua conta, para que o Município de Siqueira Campos, depois de processada a fatura, providencie o pagamento;

PARÁGRAFO TERCEIRO - As faturas deverão ser apresentadas com demonstrativos de preços dos serviços entregues, bem como todos os recibos comprobatórios de entrega dos serviços constante no edital. Os valores apresentados pela CONTRATADA serão verificados pela Fiscalização da CONTRATANTE;

PARÁGRAFO QUARTO – Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA que tenha sido multada, antes da quitação da multa.

CLÁUSULA SÉTIMA ~ DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização será exercida por um representante da CONTRATANTE, neste ato denominado fiscal devidamente credenciado pelo Município de Sigueira Campos, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem na da execução do contrato

PARÁGRAFO FRIMEIRO – A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os itens do objeto do contrato, se estiverem em desacordo com o contrato,

PARÁGRAFO SEGUNDO – A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusiva perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (Art 70 da lei 8 666/93);

PARÁGRAFO TERCEIRO — Quatsquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.



Estado do Paraná LEGISLATURA 2017/2020 Rua Marechal Deudoro, 1837 – CEP: 84.946-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

As sanções administrativas abaixo relacionadas poderão ser aplicadas à CONTRATADA, garantida a prévia defesa, no caso de inexecução total ou pareial do Contrato, na forma autorizada pelo artigo 87 da Lei nº 8 666/93.

- a) Advertência;
- b) Multar
 - b.1) pela inexecução total do Contrato será de 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado,
 - b 2) pela mexecução parcial das cláusulas do Contrato, dentre elas a inobservância às especificações, prazos de execução e entregas dos equipamentos/mobiliários, será correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor da entrega realizada, descontada do faturamento subsequente ao ato da infração;
- c) Suspensão do direito de heitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- d) declaração de midonerdade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os metivos determinantes da punição, ou ate que seja promovida a reabilitação perante o Município de Siqueira Campos, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir à CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO « A oconrência da situação descrita na alínea "b 2" desta cláusula, não poderá ultrapassar 15 dias consecutivos, quando estará caracterizada a mexecução total do Contrato;

PARÁGRAFO SEGUNDO - O valor da multa referida nas alíneas anteriores será descontado na fatura, da garantia prestada ou crédito existente em favor da CONTRATADA. Caso a mesma seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença sera cobrada judicialmente, se necessário,

PARÁGRAFO TERCEIRO - As multas previstas neste subitem são administrativas e não afastam a possibilidade de perquitirem-se as perdas e danos,

PARÁGRAFO QUARTO - Se mexistir crédito em favor da CONTRATADA ou garantia suficiente para o enfrentamento da multa, esta será perquirida em procedimento judicial competente:

PARÁGRAFO QUINTO – O não cumprimento do objeto do contrato na forma e condições firmadas ensejará o imediato cancelamento da Nota de Empenho, e aplicação das sanções estabelecidas nos artigos 81, 86 e 87 da Lei 8 666/93 e suas alterações,

PARÁGRAFO SEXTO – A critério do Município de Siqueira Campos poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando do atraso ou sendo insatisfatória a execução dos serviços ou fornecimento do material, devidamente justificado pela CONTRATADA por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias da ocorrência do evento e accito pela autoridade competente, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

CLÁUSULA NONA – DAS CAUSAS DE RESCISÃO

Os motivos de rescisão deste contrato, formalmente motivados nos autos do processo e assegurados o contraditóno e ampla defesa, são:

 a) O não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações e prazos,

> P.C.S. Demoscore & Cle 14de CMPJ: 05,702,625/0001-19



Estado do Paraná LEGISLATURA 2017/2020

Rua Marechal Deodoro, 1837 - CEP: 84.940-000 Fene/fax: (43) 3571-1122

- A lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da entrega dos materiais nos prazos estipulados;
- c) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contrato com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Edital e neste contrato,
- d) O desatendimento das determinações regulares de autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- e) Do cometimento reiterado de falhas na execução, anotadas na forma de Parágrafo 1 do Artigo 67 da Lei nº 8 666/93,
- f) A decretação de falência ou instauração de insolvência civil,
- g) A dissolução da sociedade ou falecimento do contrato,
- h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato,
- Razões de interesse público de alta relevância de amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exageradas no processo administrativo a que se refere;
- J) A suspensão de uso execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurando à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- k) O atraso superior a 90 (noventa) dias, dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes das entregas dos mobiliários/equipamentos e materiais, destes já recebidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- A ocogrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impedițiva da execução do contrato (Artigo 78 da Lei nº 8 666/93),
- m) A não liberação, por parte da Administração, da área ou local ou objeto para execução dos serviços nos prazos contratuais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A rescisão também poderá ocorrer de forma amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no Processo, desde que haja conveniência para a administração e judicial, nos termos da legislação processual (art. 79 da Lei nº 8 666/93)

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos casos de rescisão administrativa ou amigavel de que trata o parágrafo anterior, a rescisão será precedida de autorização do Chefe do Poder Executivo

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PROIBIÇÕES

É vedada à CONTRATADA:

- a) Caucionar ou utilizar o presente Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;
- Opor, em qualquer circunstância, direito de retenção sobre os serviços;
- c) Interromper os serviços unilateralmente ou deixar de pagar aos seus funcionários, alegando madimplemento pela CONTRATANTE.

ď)



Estado do Paraná LEGISLATURA 2017/2020

Rua Marechal Deodoro, 1837 - CEP: 84,940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OMISSÕES E/OU TOLERÂNCIA

Qualquer omissão ou intolerância não explicitada nas cláusulas deste Instrumento serão decididas pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8 666/93 e alterações, demais regulamentos e normas administrativas federais, que fázem parte deste Contrato, independentemente de suas transcrições

<u>CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO </u>

Como condição para a validade do presente Contrato, caberá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste contrato e seus eventuais aditivos no Diário Oficial do Município, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do parágrafo único, do art. 61, da Lei 8 666/93

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Para dimmir todas as questões oriundas do presente Contrato, é competente o Foro da Comarca de Siqueira Campos, Estado do Paraná, para dirimu quaisquer controvérsias deste contrato

E, para firmeza, e prova de assim haverem entre si ajustado, partes, lavrado o presente Contrato, na forma do art. 60, da Lei nº 8 666/93, depois de lido e achado conforme, o assinam em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo fun, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também o subscrevem

Siqueira Campos, 18 de dezembro de 2018

Ż HENRIQUE GERMANO

CONTRATANTE

DAMASCENO & CIA LTDA

CONTRATADA

UE 05.702.625/0001-19

TESTEMUNHAS

RG 9:926 800-7

lanio Fiderício dos Reis

RG: 8.529.390-7